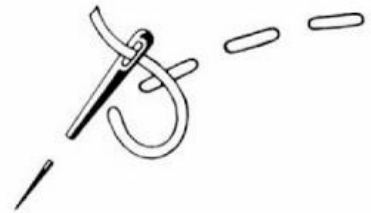


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE PSICOLOGIA

Giovana Donassolo Fernandes Albornoz

**A INSTITUIÇÃO QUE SE FAZ LAR: COSTURANDO EXPERIÊNCIAS DE  
TRABALHO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**



Porto Alegre

2019

Giovana Donassolo Fernandes Albornoz

**A INSTITUIÇÃO QUE SE FAZ LAR: COSTURANDO EXPERIÊNCIAS DE  
TRABALHO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Psicologia pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Rosemarie Gartner  
Tschiedel

Porto Alegre  
2019

Giovana Donassolo Fernandes Albornoz

**A INSTITUIÇÃO QUE SE FAZ LAR: COSTURANDO EXPERIÊNCIAS DE  
TRABALHO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Psicologia pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Banca Examinadora:

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Rosemarie Gartner Tschiedel  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Comentadora: Prof<sup>a</sup> Lilian Rodrigues da Cruz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Dedico esse trabalho de conclusão às mulheres trabalhadoras do acolhimento institucional, que, a cada encontro, me contagiaram e desacomodaram. A escuta dos seus intensos relatos, e as encruzilhadas que se formam a partir de suas vivências, inspiraram a construção desta escrita, que, no fim, me compõe psicóloga.*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que foi minha primeira e maior inspiração, estando ao meu lado sempre de forma carinhosa e cuidadosa. Sou imensamente grata por tudo que tu fez e faz por mim. À minha vó, Laura, que é uma das lembranças mais bonitas da minha infância, com sua presença que ressoa feito uma música tocada ao piano. À Ana e à Alice, minhas pequenas, que, com muito amor, acompanho desde o nascimento.

À amiga-irmã Lu, que é presença constante há 15 anos. Nossa amizade é pra mim símbolo de companheirismo, respeito e cuidado.

Às amigas Lu, Lari, Gi, Paula, Jana, Nati e Vit, meu mais sincero obrigada por esse encontro, regado a afeto, cumplicidade e sorrisos. Vocês são o que de mais bonito levo desta Universidade.

À Gabi, que de colega de estágio se tornou amiga. Obrigada por essa amizade genuinamente construída no cotidiano do acolhimento, e por todas as trocas ali possibilitadas.

Às crianças e às/aos adolescentes com quem tive o privilégio de tecer vínculos durante o estágio. Vocês me transformaram a cada escutar e acompanhar.

À Rose, que ocupou o lugar de supervisora acadêmica e orientadora deste trabalho, sendo sempre figura acolhedora e paciente. Obrigada pelo olhar atento e pelas palavras de incentivo e afeto, que foram fundamentais para o registro tão simbólico e especial dessa experiência.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais do que nunca, nesses tempos difíceis, obrigada por ter me proporcionado um ensino público e de qualidade. Às professoras, professores, funcionárias e funcionários envolvidos diariamente com sua manutenção, obrigada!

**Breve Encontro**

*Este é o amor das palavras demoradas*

*Moradas habitadas*

*Nelas mora*

*Em memória e demora*

*O nosso breve encontro com a vida.*

Sophia de Mello Breyner Andresen, no livro "O Nome das Coisas"

- Ed. Assírio e Alvim

## RESUMO

Esta escrita aborda diferentes experiências de trabalho no acolhimento institucional, partindo da prática de estágio da autora em uma casa de acolhimento no município de Porto Alegre - RS. Como em um movimento de costura, procura integrar diferentes vivências e perspectivas, a fim de pensar e problematizar as encruzilhadas que se formam no cotidiano dessa instituição que busca lugar de lar. Traz contribuições de diferentes campos, como a história, a análise institucional e a psicanálise, e utiliza a construção de narrativas como recurso criativo. Assim, busca-se uma escrita singular e pessoal, mas também revela-se um comum, que poderá ser reconhecido e discutido, da experiência no acolhimento.

**Palavras-chave:** Acolhimento Institucional. Trabalho. Cuidado. Análise Institucional. Narrativas.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 O Encruzilhar de Experiências.....</b>  | <b>8</b>  |
| <b>2 Recordar para Construir: A História da Assistência à Infância e à Adolescência no Brasil.....</b> | <b>12</b> |
| <b>3 Interfaces do Trabalho: O Fazer no Acolhimento Institucional.....</b>                             | <b>18</b> |
| 3.1 A Instituição que se faz Lar.....  | 18        |
| 3.2 Ecos e Elos: Entre o Cuidado Performático e os Saberes Técnicos.....                               | 25        |
| 3.3 Tecendo novas linhas possíveis: O Lugar das práticas psi.....                                      | 33        |
| <b>4 Considerações Finais.....</b>   | <b>38</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>42</b> |



## **1 O Encruzilhar de Experiências**

Esta escrita é fruto da minha experiência de estágio em um serviço de acolhimento institucional no município de Porto Alegre, que vem ocorrendo ao longo de 2019 com o objetivo de cumprir a carga horária prática obrigatória da Ênfase de Psicologia Social e Políticas Públicas. Nesse sentido, enquanto escrevo este trabalho, sigo ocupando o lugar de estagiária, o que me leva, continuamente, a interrogar-me sobre a intensidade do que acontece lá, e que registro aqui. Assim, percebo a construção deste trabalho também como um processo de elaboração e significação das tantas vivências que me atravessaram, provocando inquietações sobre o lugar que ocupo enquanto sujeito, mulher e psicóloga em formação.

Ainda que a partir da vivência deste estágio, essa escrita também se tece em meio a tantas questões que emergiram ao longo dos meus seis anos de graduação, cujo percurso tem como alicerce todos os encontros e aprendizados possibilitados pela Universidade. Aqui, percebo a importância de ressaltar que, escrever um trabalho de conclusão de curso diante do contexto sócio-político atual, em meio a tantos desmontes e retrocessos, é uma oportunidade de reafirmar o compromisso ético-político da Psicologia, e possibilitar que este também seja um espaço de defesa da Universidade Pública.

Enquanto estagiária, realizo acompanhamento psicossocial de crianças e adolescentes, de forma a escutá-los e ajudá-los no processo de ressignificação de suas histórias. Os acompanhamentos acontecem nas casas de acolhimento ou então quando os acompanho em alguma de suas atividades. Também me faço presente nas suas consultas de saúde mental, de forma a facilitar a comunicação com os outros profissionais assistentes e fortalecer o trabalho em Rede. Semanalmente ocorrem as reuniões de equipe técnica, onde são discutidas as demandas institucionais, e mensalmente estão previstas as reuniões das casas de acolhimento, cujo propósito é reunir a equipe técnica e os educadores, e assim propiciar um espaço de diálogo e reflexão do trabalho.

Uma importante atuação da Psicologia no âmbito do acolhimento institucional é a escuta e intervenção com as educadoras e cuidadoras - ressalto aqui que utilizarei na

escrita o gênero feminino, pois são majoritariamente mulheres que ocupam esta função, no abrigo, e fora dele. Interessante que esta não é uma demanda muito evidenciada durante a seleção e apresentação do estágio, mas cotidianamente me atravessou durante a prática, e se tornou uma referência na construção deste trabalho. Escutar e acolher aquelas as quais trabalham com o *cuidar*, e que diariamente saem de suas casas e direcionam-se a outras casas - também suas. Exercem práticas de cuidado para com aquelas e aqueles que sem suas famílias estão. Podem e devem criar vínculo, mas não tanto<sup>1</sup>. É esperado e exigido que cuidem, eduquem, demonstrem autoridade e deem limites, façam tudo o que o Estado considera que as famílias anteriormente não fizeram.

O trabalho em equipe também se apresenta como uma ferramenta importante, uma vez que a equipe técnica possui uma série de atribuições fundamentais para o funcionamento do acolhimento. São de sua responsabilidade o acompanhamento dos acolhidos e de suas famílias em todos os âmbitos, como por exemplo, saúde, educação e convivência comunitária. Também devem acompanhar sistematicamente o trabalho das educadoras, mostrando-se disponíveis a auxiliá-las e capacitá-las. A comunicação com os outros serviços da Rede também é atribuição da equipe, a qual deve estar apta para discutir os casos e realizar encaminhamentos quando necessário. Frequentemente acontecem contatos com a autoridade judiciária, seja por meio de documentos oficiais<sup>2</sup> ou audiências.

Convido, então, as leitoras e leitores deste trabalho para que me acompanhem no costurar de experiências que marcaram minha caminhada até aqui, enquanto estagiária no acolhimento institucional, e enquanto a psicóloga que estou me tornando. O contexto sócio-político atual que, como salientado anteriormente, impulsionou a escrita deste trabalho, também agora me convoca a iniciá-lo pela perspectiva da História. Assim, primeiramente, farei uma retrospectiva histórica da assistência à infância e à adolescência no Brasil, a fim de que possamos nos apropriar do nosso

---

<sup>1</sup> Segundo as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento, as (os) educadoras (es) devem vincular-se afetivamente com as crianças e adolescentes, porém sem substituir o lugar da família. (BRASIL, 2009)

<sup>2</sup> Um destes documentos é o Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento que norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária, e a autonomia das crianças e adolescentes.

passado e defender os direitos que, com muita luta foram conquistados, e hoje estão sendo fortemente ameaçados.

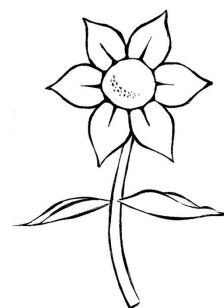
Em seguida, buscarei promover uma reflexão sobre essa instituição-lar a partir do meu encontro com diferentes experiências de trabalho, seja com as educadoras, com as profissionais que compõem a equipe técnica ou comigo mesma. Essa discussão terá contribuições da análise institucional e da psicanálise, a fim de pensar e problematizar as encruzilhadas que se formam a partir da vivência diária destas práticas. Para tanto, utilizarei como recurso a construção de narrativas a partir de registros de diário de campo. Essas narrativas<sup>3</sup>, portanto, simbolizam a minha experiência e retratam a minha interpretação das cenas vivenciadas no cotidiano do acolhimento. Mostram-se como importante ferramenta para aproximar a escrita teórica e conceitual das minhas vivências e, assim, possibilitar um registro singular e pessoal. Ao mesmo tempo, poderemos perceber que, ao narrar essas histórias, estarei narrando também muitas outras, pois existe um comum da experiência no acolhimento que poderá ser reconhecido por aqueles que a experimentam.

Por último, darei enfoque às práticas psi, com o intuito de pensar as potencialidades destas no contexto do acolhimento, e almejar novas linhas possíveis a serem tecidas. Segundo documentos do Conselho Federal de Psicologia, a atuação da Psicologia na Assistência Social não deve ter como foco a psicoterapia, reservando essa para os serviços de saúde mental. Apresenta-se, então, o conceito de clínica ampliada, ferramenta cuja estratégia de intervenção é clínico-política, possibilitando a escuta para além dos sujeitos. Compreende-se aqui questões coletivas e relações de poder, bem como estratégias biopolíticas e movimentos de resistência que se constroem cotidianamente nesses espaços. Escapa-se, assim, da clínica tradicional, e possibilitam-se novos encontros. Neste serviço de acolhimento, utilizamos a psicanálise enquanto referencial teórico, nos propondo a escutar sujeitos em suas subjetividades, apostando na singularidade da palavra, o que é clínico, e não exclusivamente psicoterápico.

---

<sup>3</sup> As narrativas estarão destacadas em itálico, e os nomes das pessoas foram modificados, assim como suas particularidades, de forma a preservar o sigilo e não favorecer a identificação.

Que possam florescer, então, as sementinhas plantadas no encruzilhar destas tantas experiências. Experiências, por vezes minhas, por vezes daquelas e daqueles que, a cada escutar e acompanhar, me inquietaram e desacomodaram. Ao reunir na escrita essas manifestações e encontros, quase como em um movimento de costura, talvez encontre mais interrogações do que afirmações. Assim, desejo que, embora represente o fim de um percurso, essa escrita possa simbolizar o que, sem dúvida, não se finda aqui.



## ***2 Recordar para Construir: a História da Assistência à Infância e à Adolescência no Brasil***

O campo da assistência à infância e à adolescência foi sofrendo diversas transformações ao longo da história do Brasil. Ainda no século XVI, os jesuítas criaram as primeiras casas de acolhimento, com a crença de que, ao separar as crianças indígenas de seus pais, seria mais fácil fazê-las assimilar a cultura e a religião portuguesas (CRUZ; GUARESCHI, 2008). A partir do século XVIII, adotou-se o modelo caritativo europeu, com as Santas Casas de Misericórdia, instituições<sup>4</sup> religiosas com o objetivo de receber as crianças abandonadas.

A Roda de Expostos foi uma das instituições que teve maior tempo de duração no País, existindo em três grandes regimes da nossa História. Teve sua criação no período colonial e perdurou por quase um século e meio sendo praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada. Multiplicou-se no período imperial, sendo extinta, definitivamente, apenas durante a República, na década de 1950. Importante salientar que a Roda de Expostos foi um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e, assim, evitar que as crianças fossem abandonadas pelas ruas, na porta de igrejas ou de casas de família, como era de costume (MARCÍLIO, 2011). Segundo a autora:

O nome roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado (MARCÍLIO, 2011, p. 57).

Também é relevante destacar que, além das instituições formais, a fase caritativa admitia o sistema informal ou privado, com a prática de criar filhos alheios. Posto isto, algumas famílias adotavam crianças de maneira informal, e estas frequentemente acabavam por representar um complemento ideal de mão de obra,

---

<sup>4</sup> A palavra “instituição” aparecerá ao longo do texto, ora enquanto conceito, o qual será apresentado e trabalhado, ora enquanto termo de uso mais coloquial, referindo serviços e organizações.

visto que respaldado pela lógica de vínculo familiar. Sobre ambos os sistemas da fase caritativa, Marcílio (1998) refere que eram fundamentados por uma ideia de que as crianças abandonadas possibilitavam a prática de compaixão, não havendo condenação pelo abandono ou pretensão a mudanças sociais. Assim, tinham objetivo imediatista, com os mais ricos procurando minimizar o sofrimento dos mais pobres, esperando, em contrapartida, o reconhecimento da sociedade e a salvação de almas.

Em 1828, foi aprovada a Lei dos Municípios, determinando que em toda a cidade onde houvesse uma Misericórdia, a Câmara poderia utilizar de seus serviços para instalação e assistência da Roda. Dessa forma, estava-se oficializando a Roda de Expostos nas Misericórdias e colocando-as a serviço do Estado (MARCÍLIO, 1998). Houve, assim, um realinhamento na assistência à infância, uma vez que se assistiu à criação de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, e as ações, até então lideradas pelo âmbito privado, passaram a receber recursos do governo. Tal aliança resultou no gradual enfraquecimento do modelo caritativo e demarcou o início do seu substituto, o modelo filantrópico (MARCÍLIO, 2011).

A filantropia surgiu com a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais que emergiram com o início do século XX no Brasil. No contexto de crescente urbanização e transformações promovidas pela introdução da ordem capitalista, o poder público voltou suas medidas para a infância que vagava pelas ruas, vista como ameaçadora à ordem e paz social (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2015). A medicina, associada ao direito, atuou como guia dessas práticas, avaliando o grau de capacidade das famílias em cuidar de seus filhos, de prepará-los para o trabalho e ensinar-lhes doutrinamentos sobre a moral. Tais formas de organização e controle da sociedade são explicadas por Foucault (1987) a partir do conceito de sociedade disciplinar, onde um dos pilares é a vigilância. Assim, o autor destaca que o discurso do modelo disciplinar é baseado na norma, produzindo uma sociedade de normalização, do normal, do padrão e do comportamento que opera em função do modelo.

É fundamentada nesta lógica, portanto, que se deu a criação, em 1927, da primeira lei especificamente voltada para a população infantojuvenil: o Código de Menores (BRASIL, 1927). Importante enfatizar que a gama de intervenções do código não englobava toda a população menor de idade, mas sim era destinada à infância

qualificada como em situação irregular - pobre, abandonada e delinquente (CRESTANI; ROCHA, 2018). A responsabilidade por esses indivíduos, por sua vez, era atribuída apenas às famílias, não cabendo ao Estado desenvolver políticas de proteção social. Sendo assim, o termo “menor” assumiu socialmente uma conotação estigmatizante, e as práticas estatais desenvolvidas seguiam o modelo de exclusão e repressão, sustentando a cultura da institucionalização.

Nessa perspectiva, a criação e implementação do Código foi corroborada pela lógica de higienismo social que predominava na época, cujo propósito era a limpeza das ruas através de práticas direcionadas aos chamados delinquentes. A lei também utilizava o termo “pervertido”, indicando um discurso moralizante que buscava excluir qualquer criança ou adolescente que desviasse da norma, “[...] patologizando e salientando, com isso, o desvio de conduta por eles apresentado ” (SCISLESKI *et al*, 2017, p. 7). A partir de 1930, no Governo Vargas, houve um aumento na procura de mão de obra que pudesse contribuir para o progresso do País. Dessa forma, crianças e adolescentes passaram a ser requisitados para o trabalho, e aqueles os quais não atendiam às demandas, eram repreendidos.

Em 1942, foi fundado o Serviço de Assistência do Menor (SAM), como uma política sistemática de intervenção com a finalidade de “recuperar” os jovens e reinseri-los no meio social. Sendo assim, os reformatórios que abrigavam os “menores delinquentes”, passaram a ser subordinados ao SAM e possuíam estrutura semelhante ao sistema penitenciário. Cruz e Guareschi (2008) relatam que os idealizadores e defensores do SAM acreditavam que o modelo repressivo acabaria com a criminalidade. Na década de 60, no entanto, se intensificaram as críticas ao serviço, com denúncias sobre instalações inadequadas, superlotação, exploração de trabalho e, principalmente, por contribuir para a marginalização dos jovens pobres.

Com o Golpe Militar, em 1964, houve a extinção do Serviço de Assistência ao Menor, e, durante a ditadura, o governo militar foi o principal responsável pela intervenção e normalização da sociedade. Criou-se, então, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Tais instituições acabaram por seguir reproduzindo o modelo repressivo e estigmatizador encontrado no SAM, herdando inclusive suas instalações, equipamentos e métodos de atendimento. A ação corretiva da FUNABEM

fundamentou-se em políticas de reeducação e reintegração na sociedade, partindo de uma lógica “[...] em que a marginalidade representaria um fator de risco para a ordem e paz social” (CRUZ; GUARESCHI, 2008, p. 40).

O Segundo Código de Menores (BRASIL, 1979) trouxe poucas mudanças no que se refere à política de atendimento à infância e à adolescência. Já durante a década de 80, tendo como alicerce o período de abertura democrática, começaram a emergir com mais potência movimentos sociais denunciando a insuficiência das políticas e legislações desenvolvidas até então. Posto isto, tornou-se visível o papel do Estado em produzir jovens em situação de abandono, de rua e em risco, por meio de práticas de exclusão social (CRUZ; GUARESCHI, 2008). Neste cenário político, com influência da democracia e dos movimentos sociais de luta pela valorização dos direitos humanos, que se deu a elaboração da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988).

Consequente à Constituição se deu a criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Neste documento, se apresentou a concepção da criança e do adolescente enquanto sujeito de direitos, promovendo uma profunda mudança no modo como eles são vistos em sociedade. Instituiu-se como dever da família, da comunidade e do poder público assegurar a efetivação destes direitos e, como consequência, as famílias passaram a receber maior importância no âmbito de proteção social. Diferente do código anterior, o Estado passou a priorizar o fortalecimento da instituição familiar. Nesta conjuntura de articulações, também é instituído o Conselho Tutelar, órgão não jurisdicional, permanente e autônomo cujo objetivo é fiscalizar o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes e fortalecer os vínculos familiares.

A partir do ECA, também se deu início a outras possibilidades de garantia de assistência, como por exemplo a criação, em 1993, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), e em 2005, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2005). A política de assistência social, criada, pois, a partir da LOAS, tem como objetivo o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social por meio da garantia de direitos, substituindo o caráter assistencialista e tutelar do Estado. No que se refere às crianças e aos adolescentes, houve a elaboração do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência



Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), que se apresenta como um “[...] marco nas políticas públicas brasileiras, pois visa romper com a cultura da institucionalização, ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo estatuto” (MASTROIANNI *et al.*, 2018, p. 224).

Existem dois níveis de proteção na política de assistência social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A primeira diz respeito à prevenção e promoção dos direitos da população, promovendo a sua inserção na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, com o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um exemplo de serviço que compõe este nível de proteção. Já a Proteção Social Especial organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. A atenção na Proteção Social Especial é organizada em dois níveis, sendo eles de média complexidade e de alta complexidade.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é o serviço que executa esta política em média complexidade, ofertando atendimento aos indivíduos e famílias em situação de violação de direitos. Já a modalidade de alta complexidade é destinada às situações onde há rompimento de vínculos, cabendo à política proporcionar uma proteção integral. Os serviços de Acolhimento Institucional compõem a Proteção Social Especial de alta complexidade, e têm como objetivo acolher indivíduos afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitário de origem. Especificamente para crianças e adolescentes, há os serviços de Casa-Lar e Abrigo Institucional.

Cruz e Guareschi (2008) promovem uma discussão sobre a oscilação nos discursos sobre a infância, que por um lado retrata a criança que deve ser protegida, e por outro a defesa da sociedade contra a criança, que deve ser disciplinada e vigiada. Logo, temos a criança abandonada, pobre e desassistida; e a criança perigosa, marginal e delinquente (CRUZ; GUARESCHI, 2008). A família, por sua vez, aparece como aquela que não está apta a cuidar dos filhos, porque supostamente não se organiza. As autoras, pois, questionam a concepção de família burguesa e a noção de desorganização familiar, enfatizando a importância de transformarmos nosso olhar ao reconhecer que existem na sociedade diferentes configurações familiares, cada qual

com seu funcionamento próprio. Da mesma forma, devemos considerar que as condições de vulnerabilidade nas famílias estão fortemente relacionadas à história de desigualdade social presente no Brasil.

É importante considerar também que, embora todos os avanços nas legislações, ainda existe uma discrepância entre o que está instituído na lei, e o que efetivamente acontece na prática, nos discursos e políticas que envolvem a assistência. Assim, muitas das práticas atuais ainda são permeadas pela lógica do antigo Código de Menores, com uma visão estigmatizante e excludente, reforçando a revitimização das crianças e adolescentes em vez do desenvolvimento de autonomia e garantia de direitos. Consoante a isto, percebe-se a importância de recordar a História da assistência em nosso País, a fim de que possamos elaborar vivências e histórias passadas, priorizando a construção de um futuro mais justo e igualitário.



### **3 Interfaces do Trabalho: O Fazer no Acolhimento Institucional**

*Era meu primeiro dia de estágio. Enquanto me dirigia, pela primeira vez, ao local onde fica a casa de acolhimento, vários pensamentos emergiam. Deparei-me com todas as ideias de senso comum que compõem o imaginário social sobre esse lugar; sua estrutura física, funcionamento, e principalmente, sobre as histórias que atravessam às tantas infâncias presentes ali. Pensei de quantas formas eu colocaria em xeque o meu próprio lugar e a minha própria história - seja pela minha experiência de infância, classe social, raça, gênero, religião, relação com a lei, dentre tantas outras coisas. Fui me aproximando do portão, e avistei as quatro casas, coloridas, (des) conversando entre si. Toquei o interfone, e uma senhora começou a se aproximar - Vera, educadora, mais tarde eu saberia. Apresentei-me e expliquei que eu era a nova estagiária de Psicologia. Vera abriu a porta e disse “Seja bem vinda”.*

#### **3.1 A Instituição que se faz Lar**

Os serviços de acolhimento institucional, como exposto no capítulo anterior, são modalidades que compõem a alta complexidade do SUAS, e devem pautar-se nos pressupostos do ECA e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Nesse sentido, em 2009, foram lançadas as Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), documento cujo propósito é de regulamentação e organização destes no âmbito da política de assistência social, e tem como enfoque as crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, em decorrência de afastamento do convívio familiar ou em situação de abandono.

Em conformidade ao ECA, deve-se recorrer ao acolhimento institucional apenas em casos cujos recursos para manutenção na família de origem, extensa ou comunidade forem esgotados. A medida de acolhimento é, portanto, excepcional, e deve ser, segundo a lei, aplicada apenas nas situações de grave risco à integridade física e/ou psíquica da criança ou adolescente. Em razão disso, percebe-se a importância de promover o acesso adequado da população às políticas públicas e

ações comunitárias. Importante destacar que a falta de recursos materiais não constitui motivo para afastamento do convívio familiar, e nesses casos, devem ser realizados encaminhamentos para programas oficiais ou comunitários de apoio.

A lei também diz que, quando ocorre o afastamento do convívio familiar, tanto o acolhimento quanto a reintegração à família de origem ou a colocação em família substituta devem ser realizados priorizando condições favoráveis ao desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. Assim, o acolhimento deve ter função protetiva e de restabelecimento de direitos, de forma a favorecer o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes e o empoderamento das famílias, evitando a construção e o reforço do estigma e da revitimização. Segundo as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009, p. 19) o período máximo de permanência no acolhimento deve ser de dois anos, e a permanência superior a isso, deveria ter caráter extremamente excepcional.

Na prática sabemos que há um descompasso entre o que está escrito na legislação e a realidade dos acolhimentos no Brasil. Quando falamos sobre a medida excepcional e temporária do acolhimento, e nos deparamos com a situação dos serviços, percebemos que ela fica, na maioria das vezes, só no papel. Presenciei muitos casos em que foi solicitado acolhimento institucional antes de terem sido esgotadas todas as possibilidades na Rede, e quando as crianças ou adolescentes estão em medida protetiva de abrigo, acabam permanecendo por mais tempo do que os dois anos previstos. Nessa perspectiva, podemos ver que ocorrem diversas falhas, especialmente no acompanhamento das famílias e na inserção destas nas políticas públicas, assim como no processo de colocação em família substituta.

A organização dos serviços de acolhimento se dá em quatro modalidades, a citar, Abrigo Institucional, Casa-Lar, Família Acolhedora e República. Esta organização tem como propósito atender de forma mais adequada às demandas apresentadas, a partir de uma análise do motivo de acolhimento, do perfil da criança ou adolescente, da situação familiar, das condições socioculturais e da previsão do tempo necessário para viabilizar ações resolutivas. O público alvo dos serviços de Abrigo Institucional, os quais são o enfoque deste trabalho, são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo, e eles devem ter aspectos semelhantes a uma residência e estar inseridos na comunidade.

Segundo as Orientações Técnicas, não devem ser instaladas placas indicativas que explicitem a natureza institucional dos serviços, de forma a evitar a criação de estigmas. Importante destacar também que devem ser evitados na divisão das casas agrupamentos por características em comum, como, por exemplo, faixa etária, gênero, presença de doença ou deficiência, de forma a evitar a discriminação e a segregação. O número máximo de acolhidos é de vinte nos abrigos residenciais e dez nas casas lares.

Referente aos recursos humanos são exigidas profissionais de coordenação, equipe técnica, educadoras/cuidadoras e auxiliares de educadoras. Como salientado na introdução, utilizo o gênero feminino para falar das trabalhadoras neste contexto, pois ao passar da minha experiência, percebi que foi majoritariamente *com elas* que pude experienciar o trabalho no acolhimento institucional. Foram elas as *coordenadoras, educadoras, cozinheiras, faxineiras, psicólogas, assistentes sociais, pedagogas, nutricionistas, enfermeiras, técnicas de enfermagem, assistentes administrativas e colegas estagiárias*. Considero, assim, fundamental enquanto posicionamento ético-político, realizar essa escrita com o marcador de gênero, a fim de possibilitar que pensemos nos seus atravessamentos na vivência do trabalho.

Sujeitos, que são mulheres. Mulheres, que têm idade, raça/etnia, classe social, identidade de gênero, orientação sexual, religião ou não, vivências diversas de história de vida, configurações familiares e relações com a lei. Diversos marcadores que as atravessam, e assim, produzem os modos de subjetivação. Mulheres trabalhadoras do acolhimento institucional, cada qual com particularidades que tornam sua experiência singular. Nessa perspectiva, o campo da interseccionalidade nos convida a pensar e problematizar as inúmeras marcas que compõem os sujeitos e os subjetivam, para além do gênero. Crenshaw<sup>5</sup> (2002, p. 177) define interseccionalidade como “[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Assim, propõe o estudo de como o racismo, o patriarcado, a opressão de classes e outros sistemas discriminatórios, criam desigualdades que estruturam posições referentes às mulheres.

---

<sup>5</sup> Kimberlé Crenshaw, mulher, negra, norteamericana, professora de Direito na Universidade da Califórnia e da Universidade da Columbia. É uma importante referência de pesquisa e ativismo na área de direitos civis, feminismo e estudos de raça, e introduziu a teoria interseccional.

A autora apresenta uma analogia de que os eixos de poder - raça, etnia, gênero, classe - constituem-se como vias que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos (CRENSHAW, 2002). Define essas vias como distintas, mas que frequentemente se cruzam, criando intersecções complexas. Assim, geram dinâmicas de desempoderamento. Sobre o problema interseccional, refere que:

[...] não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas [...] (CRENSHAW, 2002, p. 178).

Nesse sentido, assim como destacado o marcador de gênero, ressalto que é fundamental a leitura a partir da perspectiva interseccional para pensarmos o trabalho no acolhimento institucional. A vivência de uma mulher negra enquanto trabalhadora carrega atravessamentos muito diferentes da vivência de uma mulher branca, e não considerar isso só reforça o racismo institucional e o discurso hegemônico e colonizador em nossa sociedade. Ou seja, devemos descolonizar o nosso olhar, e considerar os mais diversos atravessamentos identitários, objetivando contemplar diferentes experiências de diferentes mulheres. Cabe ressaltar que essa discussão poderia abarcar um trabalho todo, e registro aqui sua relevância no costurar que compõe esta escrita.

Em relação aos acolhidos, foi realizado pelo IPEA em 2004 um levantamento de dados sobre o acolhimento institucional, o qual indica questões importantes sobre os atravessamentos sociais de gênero, raça e classe. Ao analisar os dados do levantamento, e ao presenciar de perto o acolhimento institucional, percebemos que ele tem cor e classe. Cor, negra. Classe, pobre. Assim, temos no acolhimento um número muito maior de crianças e adolescentes negras e negros, assim como também maior probabilidade de sujeição à medida de abrigo em famílias menos privilegiadas economicamente. Esses fatos evidenciam a intensa desigualdade social presente no País, e o racismo estrutural que acarreta em realidades sociais mais desfavoráveis às famílias negras. Da mesma forma, quando se trata de adoção, maior é a preferência das famílias por crianças brancas (IPEA/CONANDA, 2004, p. 53), o que novamente explicita o atravessamento do racismo estrutural.

Nas casas de acolhimento, as responsáveis pelos cuidados diários das crianças e adolescentes são as educadoras. A organização do trabalho se dá em turnos fixos diários, de modo que uma educadora possa exercer sempre as mesmas atividades da rotina diária da criança, como, por exemplo, preparar o café da manhã, dar banho, arrumar para a escola ou colocar para dormir. O serviço de acolhimento no qual realizo o estágio é composto por quatro casas e possui em torno de 40 acolhidos no total. Usualmente eu costumo acompanhar uma casa a cada dia da semana, permanecendo nela por praticamente um turno. A cada acompanhamento, me divido entre intervir com as crianças e adolescentes, ou então propiciar um espaço de escuta para as educadoras.

Como discutido no primeiro capítulo, a legislação voltada à assistência de crianças e adolescentes sofreu muitas mudanças ao longo do tempo. As principais modificações dizem respeito às transformações nas lógicas e no entendimento do que representa a infância e a adolescência. A abrigagem com cunho assistencialista e estigmatizador, foi substituída, na lei, pelo acolhimento com caráter excepcional e como forma de proteção. De menor e abrigo, passou, então, a ser sujeito de direitos e casinha<sup>6</sup>. Um exercício interessante de escuta durante o estágio é com as educadoras que trabalham neste contexto há muitos anos, algumas há décadas. Frequentemente elas trazem relatos sobre suas vivências de trabalho, contando histórias, e causando em mim, ouvinte, um estranhamento que agora posso tentar elaborar na escrita.

*Durante um acompanhamento, conversava com a educadora Lia sobre sua história de trabalho no acolhimento institucional, que iniciou “nos tempos de FEBEM”, segundo ela. “Naquele tempo era bem diferente, não era nada assim como é hoje, sabe? Eram os chamados abrigões...Tinham quartos enormes, cheios de beliche. Todos os acolhidos - que eram chamados de internos - usavam as mesmas roupas, uniformizadas, e tinha uma sirene que avisava a hora de acordar, de fazer as refeições... Isso que tem hoje, de parecer uma casinha, é algo novo”.*

---

<sup>6</sup> Termo frequentemente usado pelas educadoras e pelos acolhidos para falar sobre a casa de acolhimento.

A fala de Lia me chamou bastante atenção neste dia, pois existia algo no tom de sua voz que me causava estranheza, quase como se ela estivesse se referindo aos velhos tempos com um ar saudosista. Interroguei-me sobre como essa educadora, que é sempre tão cuidadosa e afetiva com as crianças e adolescentes, poderia não estar salientando em sua fala o quão bruto era o sistema. Propus-me, então, a tentar escutar de fato o que ela estava dizendo, e percebi que seu relato abrangia diferentes linhas que configuram múltiplos atravessamentos institucionais. Uma delas é sua história de vida e trabalho, já que uma vida inteira trabalhando na mesma instituição faz com que transformações na lógica do trabalho se misturem com mudanças na sua história pessoal, e reconheço que é praticamente inexistente um espaço para pensar e discutir questões como essa.

Também percebi que, durante sua trajetória de trabalho, ocorreram mudanças macropolíticas fundamentais, como, por exemplo, a promulgação do ECA, a criação do SUAS e a publicação das Orientações Técnicas. Pergunto-me, agora, como estas trabalhadoras, que permanecem envolvidas com estas práticas há tantos anos, se adequaram, dia após dia, às transformações na legislação e nas lógicas do sistema? Essa pergunta nos leva novamente ao descompasso entre a lei e a vivência diária do trabalho e, assim, podemos nos deparar com condutas que até hoje são permeadas pela lógica do Código de Menores e do discurso higienista.

Essa divergência pode evidenciar o confronto entre as lógicas instituídas e as forças instituintes, que estudamos a partir do campo da análise institucional. Segundo Lourau (2004, p. 47), o instituído é “a ordem estabelecida, os valores, os modos de representação e de organização considerados normais, como igualmente os procedimentos habituais de previsão econômica, social política”. Já o instituinte, segundo o autor, é a capacidade de contestar, inovar e também entender a prática política como significante da prática social. O confronto entre essas duas instâncias é um campo de estudo e reflexão da instituição, que é designada por Lourau (2004) como uma entidade abstrata com o propósito de regulação da vida política e administração da sociedade.

Nesse sentido, podemos considerar a infância e a adolescência como instituições, e a elaboração da Constituição de 88 e do ECA como práticas instituintes da época, e que hoje ainda operam como tais. Representam uma transformação



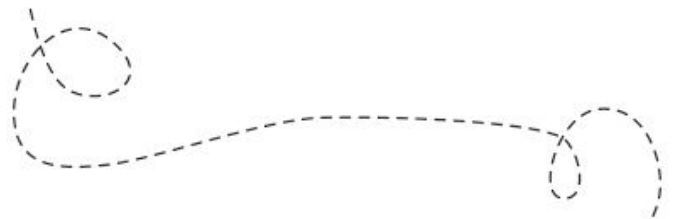
institucional, a qual é produtora de novas lógicas que, por sua vez, visam romper com os discursos universais e científicos já consolidados. Engendram instituições, atravessando os mais diversos lugares e situações, e vão ao encontro do instituído. Assim, surge o confronto entre instituinte e instituído. Mesmo com todos os avanços possibilitados, a legislação anterior ainda opera enquanto uma lógica instituída de caráter disciplinar e punitivo, priorizando a ordem social, o que causa impacto na vivência diária do trabalho e na experiência do acolhimento.

Deleuze e Guattari (1995) destacam a importância dos processos que ocorrem no plano micropolítico. Para os autores, toda a política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica, e o fato de elas estarem entrelaçadas significa que a segunda deve agregar à primeira, e não substituí-la. Relaciono a afirmação dos autores com a pergunta que havia feito anteriormente, sobre como pensar a prática das trabalhadoras considerando todas as mudanças macropolíticas e institucionais. Reconheço, então, a importância do trabalho na micropolítica, no dia a dia, na escuta e no entendimento da individualidade e singularidade de cada trabalhadora, para que as mudanças macropolíticas possam, de fato, operar no cotidiano. Essa reflexão proposta pela análise institucional também inclui as formas como os processos de subjetivação dominantes agem sobre os sujeitos.

Outra questão que também evidencia as diferenças de lógicas é a discrepância no tratamento das crianças e dos adolescentes nas casas de acolhimento. Percebo ao longo do estágio que os discursos das trabalhadoras são muito diferentes quando elas estão falando de uma criança ou de uma/um adolescente, e que os esforços da equipe para o trabalho costumam ser menores quando são adolescentes. Esse contraste se relaciona com o discurso universal instituído e com o imaginário social sobre as/os jovens, e as questões trazidas com elas/eles, como, por exemplo, sexualidade, uso de drogas e violência. Coimbra e Nascimento (2008) referem que isso aponta para a crença sobre a infância em perigo que ainda não delinuiu e deve ser tutelada, e a juventude perigosa, ameaçadora para ordem social. Lembro que li este texto no início do ano no estágio, e diversas foram as vezes em que essas palavras voltaram a ressoar em mim, cada vez com mais sentido.

Encruzilhadas: cruzamento de vias, estradas, caminhos, experiências. Crianças, adolescentes, famílias e trabalhadoras. Abrigo, no dicionário: local que serve para

abrigar, algo que oferece proteção. Sim, abriga, protege e cuida. Muitos são os personagens desse lugar que diariamente se dispõem aos cuidados de crianças e adolescentes. Nessa instituição-lar. Instituição, que busca lugar de lar. Na prática, rapidamente percebemos que as marcas provocadas pela institucionalização insistem em prevalecer. Persistem também as inquietações, desacomodações e interrogações ao experimentar seu cotidiano. Assim, percebo a potência da aposta nos movimentos de resistência e nos sujeitos, sejam as crianças e adolescentes, sejam as trabalhadoras.



### **3.2 Ecos e Elos: Entre o Cuidado Performático e os Saberes Técnicos**

Está previsto nas Orientações Técnicas que, durante o período de acolhimento, deve-se favorecer a construção de vinculação de afeto e confiança dos acolhidos para com as educadoras e equipe técnica. Mais especificamente sobre as educadoras, espera-se que elas possam vincular-se afetivamente com as crianças e adolescentes, contribuindo para a construção de um ambiente familiar, porém sem competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta. Essa orientação prevista trata de algo que é muito delicado na vivência deste trabalho, que são as relações criadas a partir das práticas de cuidado. Como mensurar vínculos e relações de afeto quando se trabalha com algo tão íntimo como o *cuidar*?

John Bowlby e Donald Winnicott são autores que trabalharam em suas teorias a importância dos vínculos na estruturação psíquica e social do sujeito. A construção do vínculo, segundo ambos, só é possível a partir do investimento e da sensibilidade da mãe ou cuidador substituto frente aos sinais da criança. Bowlby (2002) desenvolveu a Teoria do Apego, que destaca a importância da relação inicial entre o bebê e seu cuidador, sendo o apego o vínculo afetivo que se constitui por meio do

desenvolvimento emocional e cognitivo da criança e pela consistência dos cuidados que ela recebe. A formação de um apego seguro, nesse sentido, é possibilitada pela disponibilidade e pelos cuidados contingentes do cuidador, o que será primordial também para as futuras relações da criança. Assim, segundo Bowlby (2002), quando caracterizado pelo fenômeno de base segura, possibilita um desenvolvimento emocional mais saudável.

Já Winnicott (2001) destacou que a relação entre o bebê e o cuidador gera uma condição de dependência, que é fundamental para a construção do vínculo afetivo e constituição de personalidade da criança. Sobre os casos em que há a ruptura com a mãe ou família de origem, ressalta que não é suficiente apenas o oferecimento de um novo lar, e sim que sejam analisadas as condições da relação entre as crianças e os cuidadores, e o papel da instituição na constituição do sujeito. Assim, salienta a importância da construção deste vínculo para que seja possibilitado um desenvolvimento saudável (WINNICOTT, 2007).

Ao relacionarmos estes conceitos com o ambiente do acolhimento institucional, podemos perceber que se formam questões complexas e delicadas. As atividades que as educadoras têm que realizar com as crianças, como dar comida, dar banho ou colocar para dormir, implicam que elas se mostrem disponíveis para oferecer cuidados que sejam afetivos e não só físicos. Ou seja, envolve algo que é da ordem dos afetos, e constitui os processos de subjetivação. Investir nesses cuidados, portanto, favorece a vinculação com as crianças, o que, como salientado pelos autores, contribui consideravelmente para possibilitar um desenvolvimento saudável. Existem algumas particularidades desses cuidados que devemos considerar, como o fato de o acolhimento ter caráter temporário, ou seja, sabe-se que o vínculo desenvolvido entre a criança e as educadoras será passageiro. Em minha experiência, percebo que o grande fluxo de entrada e saída de acolhidos influencia a forma como as educadoras se implicam na construção do vínculo, já que, para vincular-se, é necessário um intenso investimento emocional.

Em um determinado momento durante o meu ano no abrigo, ocorreu um processo de adoção que foi muito marcante para todas nós envolvidas com o trabalho. Joana e Letícia eram irmãs, e estavam em acolhimento há 3 anos. Joana tinha 7 anos e Letícia 4, e elas haviam sido acolhidas após vivenciarem diversas situações de

violência. O processo de destituição familiar ocorreu um ano após o acolhimento, e a partir disso, iniciou-se a procura por uma família adotiva. Enquanto este processo não iniciava, Joana e Letícia recebiam os cuidados das educadoras do abrigo, com as quais construíram uma relação de muito vínculo e afeto. Lembro-me de uma conversa que tive com Vera, educadora, durante o período de aproximação<sup>7</sup> com os pais adotivos. Vera, que me recebeu no meu primeiro dia no abrigo, trabalha há 5 anos neste serviço, tempo relativamente curto, se comparado às demais colegas. É um exercício interessante escutá-la e acompanhar sua relação com as crianças, pois ela sempre se mostra como uma figura de referência.

*Era de tarde, em um dia chuvoso, e conversávamos sobre o processo de adoção de Joana e Letícia, quando perguntei para Vera como estava sendo para ela. “É difícil dizer...”, iniciou ela, desviando o olhar. “No início eu sofria muito quando elas (as crianças) iam embora. Mas com o passar do tempo fui me acostumando e agora não sofro mais tanto... A gente trabalha aqui, diariamente, cuidando deles, dando carinho, atenção. É óbvio que queremos que eles saiam do abrigo, mas ao mesmo tempo é difícil lidar com essa despedida”.*

A fala de Vera traz à tona algo muito importante que é o propósito do seu trabalho como educadora em uma casa de acolhimento: cuidar de crianças e adolescentes até que estes possam ser reinseridos no convívio familiar. Ou seja, quando esta reinserção se faz possível, o objetivo deste trabalho foi concluído. No entanto, embora tenha consciência disso, refere que este também é um momento difícil, com sentimentos ambivalentes. Durante o tempo em que a criança está no abrigo, muitas são as profissionais que investem nos seus cuidados, e quando elas saem, acontece uma ruptura nessa relação. Nas crianças também pude perceber sentimentos de ambivalência, como, por exemplo, no caso de Joana e Letícia, era muito comum ouvirmos delas o desejo por uma nova família e por uma nova casa. Quando foram informadas sobre a família adotiva, demonstraram medo por estarem perdendo suas figuras de referência de afeto e cuidado no lugar que as abrigou.

---

<sup>7</sup> Nesse momento do processo de adoção, é elaborado um calendário de visitas e passeios das crianças com os pais adotivos, de forma a iniciar a aproximação destes e realizar a transição do acolhimento para a família substituta.

Nos casos em que pude acompanhar de retorno para família de origem, percebi que as educadoras se sentiam ainda mais ansiosas e receosas. Lembro-me de um caso em que uma adolescente retornou para a casa da mãe, após dois anos de acolhimento, e as educadoras enfrentaram muita dificuldade para lidar com essa situação: *“Eu cuidei dela diariamente, sabe? Nesses dois anos... Sei que é uma coisa boa ela estar voltando pra casa, mas tenho muito medo de que não dê certo. E a escola? E os atendimentos? Os remédios, será que ela vai continuar tomando certinho?”*, me disse uma educadora no dia em que a adolescente saiu do abrigo.

Percebi o quão difícil era para ela, que foi a figura de referência para a adolescente durante o período de acolhimento, lidar com esta despedida. Em um momento de grande vulnerabilidade, foi ela quem investiu nos seus cuidados e se preocupou com o seu bem estar, e por isso se sentia tão temerosa. Nessas situações, percebi a importância de possibilitar um espaço de escuta para que essas trabalhadoras possam trazer suas angústias à tona, e que seus sentimentos possam ser validados. Consoante a isso, tentar retomar o propósito do acolhimento, e trabalhar a importância do retorno para a família, sem que sejam criadas ideias de competição ou supervalorização de uma frente à outra.

Ao longo do estágio, pude presenciar exemplos muito bonitos de educadoras que teceram vínculos de carinho e afeto com os acolhidos. Acompanhei diversos casos que, diferente do previsto pela lei, permanecem em acolhimento por muito mais tempo do que 2 anos. Chama-me a atenção alguns adolescentes que estão lá desde muito novos, e que têm sua história de vida marcada e atravessada pelo acolhimento institucional, e tudo que vem a partir dele. Sujeitos que testemunharam na pele tantas mudanças políticas e institucionais. Lembro-me de uma cena que foi muito marcante pra mim:

*Estava realizando acompanhamento terapêutico com Leandro, um adolescente de dezesseis anos que está acolhido neste mesmo abrigo desde os três. Ao nosso lado, sentado no sofá, estava Marta, que trabalha como educadora neste abrigo há quase trinta anos. Eu e Leandro conversávamos sobre sua escola, quando Marta entrou na conversa: “Lembro muito bem do dia em que esse gurizinho chegou aqui, bem pequenininho, ele e os dois irmãos - mais velhos. Desde então eu cuidei dele”.*

*Leandro, ao ouvir Marta, levantou e se dirigiu ao seu colo e disse “Marta é minha mãe. Foi ela quem cuidou de mim a vida inteira”. Marta concordou, abraçou-o, e começou a fazer cócegas nele, e nós três começamos a rir.*

Cena marcante, daquelas que ficam na memória e insistem em voltar. Misto de sentimentos. Por um lado, perguntas como: Por que esse adolescente está uma vida toda no abrigo? De quantas formas o Estado falhou? Por outro lado, respostas. Não para essas perguntas, mas para outras. Existe afeto, existe vínculo, e isso faz a diferença.

Trabalho diário, sete dias na semana. Favorece a vinculação, mas evidencia a forte carga psíquica: *“Nosso trabalho é muito puxado. A gente não tem final de semana, nem feriado. De segunda a sexta estamos aqui, sábado, domingo, feriado, também. Fico aguardando ansiosamente pela minha folga. Mas quando ela chega, eu não consigo me desligar. Será que está tudo bem com eles?”*, me disse uma educadora quando questionei sobre como ela via seu trabalho. Percebo o sentimento ambivalente, é difícil dar conta quando está lá, mas quando não está, também é. Compreensível, em um serviço em que as trabalhadoras vão embora e os usuários permanecem. Assim, permanecem as demandas, que nunca cessam: *“Em um momento pensei ‘não vou aguentar’. Foi mais ou menos no início deste ano... É muito difícil, sabe? Meus filhos com problemas na escola, aqui as crianças também estão com problemas. Meu marido me apoia, mas quer que eu esteja lá para os meus filhos também. Ser mãe lá, ser mãe aqui; é difícil dar conta de duas casas”*, me disse outra educadora, com um suspiro longo e olhar marejado. Percebo o peso e a complexidade do seu relato: dividir-se entre duas casas, ocupando o lugar de mulher, mãe, esposa e trabalhadora.

Aqui, novamente retomo a discussão sobre as interseccionalidades. O trabalho de educadora, que por si só já carrega complexidade e elevada carga psíquica, tem múltiplas reverberações ao falarmos de diferentes mulheres. Os atravessamentos de raça/etnia e classe social, por exemplo, implicam em diferentes relações com o trabalho e com os modos de subjetivação. Assim, os marcadores identitários e o contexto social em que a trabalhadora está inserida influencia na forma como ela

vivência o cotidiano do serviço de acolhimento, e, dessa forma, também nos processos de saúde e doença.

A cada encontro com as educadoras, algo muda em mim e na minha experiência no acolhimento. Suas vozes e relatos ecoam, e assim continuam, quando eu saio da casa em direção à sala de equipe, ou à rua. Sigo pensando, e repensando. O que significa ser educadora? Como são as práticas de cuidado? No que elas implicam? Em quem cuida, em quem é cuidado e na lógica institucional?

*Eram quase 13h, quando acaba o plantão da manhã. Até este horário, é de obrigação das educadoras responsáveis escrever no livro de registros o que de mais significativo aconteceu com cada criança e adolescente naquele turno, além de informes gerais sobre a rotina da casa. “Faltam só dez minutos para o plantão acabar”, disse Elisabete, enquanto apanhava o livro em cima da geladeira e sentava-se à mesa da cozinha, ao meu lado. “Hoje foi muito corrido. Vou ter que escrever ligeiro, antes de Marta e Rita chegarem” - educadoras do turno da tarde. Começou então a escrever, com movimentos apressados. Questiono, mentalmente, sobre o que significa aquele momento de escrita: atividade burocrática, registro e comprovação do trabalho, justificativa em caso de sindicância. O que cabe, então, nesta folha de papel, escrita às pressas pela educadora? Almoços servidos, banhos tomados, acolhidos aguardando o transporte para a escola. João foi para atendimento psicológico, Pedro para consulta com a fonoaudióloga e Jéssica para a aula de basquete. As roupas foram lavadas, secadas e guardadas. O Hortifrúti foi recebido. Pergunto-me, agora, o que mais poderia caber nessa folha. Quais entrelinhas destes registros são menos passíveis de vigilância e podem significar, de fato, o que é ocupar o lugar de agente educadora?*

Pude sentir na pele que a experiência no acolhimento é complexa, intensa e urgente. O relógio parece andar depressa, e as trabalhadoras, sempre às pressas. Algo se perde, algo fica para trás. O cuidado toma forma de um trabalho burocrático, em uma instituição enrijecida. Ao fim de cada turno, escrever sobre o que foi realizado. Livro de registros. Simbólicos ou burocráticos? Quais deles cabem na escrita? O que deveria ter sido feito. O que pode ser cobrado depois. O que as colegas, ao lerem, precisam saber para dar continuidade. Continuidade, a quê? Ao trabalho da instituição.

E do lar? Nesse, ficam os registros simbólicos, nelas, neles. Ficam as brechas, onde moram os afetos.

Os documentos definem o que as trabalhadoras devem fazer. Elas, na prática, percebem que algumas orientações fazem mais sentido no papel, nesse sistema repleto de entraves. Pergunto-me onde, nessa complexa teia formada pelo conflito entre o escrito nas Orientações Técnicas e a prática, essas educadoras se encontram: com elas mesmas, com as colegas, com os acolhidos. Onde se encontram, enquanto *performance*, donas do próprio trabalho. Talvez no que torna cada uma singular, e que não pode ser encontrado em nenhuma orientação técnica: o jeito carinhoso com que Vera conta histórias; o teatro de Marta nos dias de chuva, sendo a peça mais requisitada a dos três porquinhos; a forma como Rita, incansavelmente, insiste para que as crianças comam fruta no lanche da tarde; as musiquinhas de Julieta antes de dormir; as conversas sinceras e bem humoradas de Paula com as/os adolescentes; e o modo como Elisabete consegue impor limite, com afeto e respeito.

A relação entre as educadoras e a equipe técnica também forma encruzilhadas a serem pensadas e problematizadas. De um lado, as trabalhadoras responsáveis pelas práticas de cuidado, de outro, uma equipe multidisciplinar. De um lado, o cuidado construído dia após dia. De outro, o trabalho respaldado pela lógica dos saberes técnicos. Como, então, se estabelece essa relação? Lembro-me de uma cena que ilustra esses cruzamentos, e que pode ser interessante para a discussão:

*Estávamos em reunião de equipe técnica, que acontecia uma vez por semana com duração de um turno. Um dos membros da equipe colocou em pauta para discussão o caso de João, um menino de sete anos, que está apresentando dificuldades na escola. Ele está com dificuldade para ler e escrever, frequentemente trocando as letras. Também se distrai com facilidade e não consegue se concentrar no que a professora está explicando, o que prejudica o processo de aprendizagem. A pedagoga do abrigo, então, planejou alguns exercícios para João realizar em casa no turno inverso ao da escola. Orientou às educadoras, que são as responsáveis por executar esta tarefa com João, a priorizarem um lugar calmo e silencioso, em que ele pudesse se concentrar apenas nesta atividade, sem outras distrações.*



*Enquanto discutiam este caso durante a reunião, lembrei-me de um acompanhamento que havia feito nesta casa, naquela semana:*

*Cheguei e entrei pela porta da cozinha; Regina, a cozinheira, estava lavando a salada para o almoço, e no fogão, arroz, feijão e carne moída. Cumprimentei-a e passei para o segundo cômodo, onde fica a mesa de jantar. Lá estava João, com um caderno em sua frente. Do seu lado, Julieta, educadora, que se revezava entre auxiliar João e dar mamadeira para Pedro, bebê de 9 meses. Julieta estava sozinha na casa, uma vez que a outra educadora deste turno, Flávia, havia saído para acompanhar Luísa, acolhida, no atendimento psicológico. Na sala ao lado, as irmãs Joana e Letícia passaram correndo e rindo, e foram em direção aos quartos para brincar. O interfone tocou, era a entrega dos pães; Pedro, o bebê, começou a chorar. João, então, olhou para a rua, para a comida no fogão, para Julieta e o bebê no colo, e novamente para o caderno: “Se concentra, João”, disse Julieta, “Estamos quase terminando”.*

Cena forte, que me toca. Volto ao trabalho burocrático. Ao que deve ser, ao que se deve fazer. Na prática, substituído pelo que pode ser, o que dá para fazer. Uma educadora, algumas crianças, muitas demandas. Enquanto isso, interfone toca, comida cheira no fogão, estagiária de psicologia chega para acompanhar. Tarefa impossível, embora demandada, de dar conta de tudo que é necessário. As instruções da equipe perdem força quando entram em conflito com o cotidiano da casa de acolhimento.

Aqui ressalto a importância da comunicação e do diálogo, de forma que as trabalhadoras possam compartilhar saberes, experiências e angústias. Esse espaço é previsto pelas Orientações Técnicas (BRASIL, 2009, p. 48), que destaca a construção coletiva de estratégias de enfrentamento para os desafios que se apresentam. A reunião das casas, em que devem estar presentes as educadoras e a equipe técnica, é um desses momentos em que a troca de experiências e saberes é possibilitada - embora seja um interessante analisador<sup>8</sup> que, em meu ano de estágio, só tenham ocorrido dois encontros, mesmo que previstos para acontecer mensalmente.

---

<sup>8</sup> O conceito de analisador, segundo o campo da análise institucional, refere-se aos acontecimentos que põem em análise a realidade institucional.

### 3.3 Tecendo novas linhas possíveis: o lugar das práticas psi

Desde que foi instituída como profissão no Brasil, em 1962<sup>9</sup>, a Psicologia teve grande destaque na área clínica, com ênfase em uma concepção clássica de psicoterapia com atenção individualizada e finalidade curativa. Com o passar do tempo, foram emergindo novas possibilidades de fazeres e contextos de atuação na sociedade, como, por exemplo, nas Políticas Públicas, evidenciando a importância de promovermos espaços de reflexão e discussão sobre o lugar das práticas psi.

A atuação da Psicologia no âmbito da Assistência Social é recente, o que suscita diversas questões a serem pensadas e problematizadas. Documentos do Conselho Federal de Psicologia orientam que o trabalho do psicólogo é realizado com sujeitos sociais e historicizados, e que sempre devem ser consideradas suas dimensões histórica, social e cultural, assim como o contexto em que estão inseridos. Como salientado anteriormente, instrui que a psicoterapia tem seu espaço nos serviços de saúde mental e, assim, a atuação da Psicologia no SUAS não deve ter como foco o atendimento psicoterápico, e sim psicossocial. Instaura-se, então, uma problematização sobre *o fazer clínica*.

Apresenta-se o conceito de clínica ampliada, que é uma das diretrizes que a Política Nacional de Humanização<sup>10</sup> propõe para qualificar o modo de se fazer saúde. A concepção dessa prática objetiva:

[...] problematizar processos de subjetivação instituídos e marcados pelo capitalismo, os contextos sociais e desejos dos indivíduos, construídos e constituídos em dadas situações, tempos e espaços, que são produzidos e produtores de realidades, pela reprodução e invenção de diversos modos de existir; atravessados por desejos e afetos (DETTMANN; ARAGÃO; MARGOTTO, 2016, p. 365).

Foucault (2008) expõe que as relações políticas são formadas a partir dos jogos de força e poder. O poder que é exercido sobre a vida, o biopoder, se mostra como um mecanismo de regulação dos indivíduos, sendo a biopolítica uma tecnologia de controle sobre a população, em seus fenômenos coletivos e políticos. No cenário contemporâneo, a clínica enquanto prática da Psicologia passou a ser uma forma de

<sup>9</sup> A Lei 4.119 regulamentou a profissão no dia 27 de agosto de 1962.

<sup>10</sup> A PNH disponibiliza uma cartilha com propostas e orientações acerca da clínica ampliada para consulta das equipes de saúde e usuários.

expressão política, necessariamente no campo social, “onde produz e reproduz ideologias e práticas, não sendo possível separar as múltiplas manifestações sociais da vida da produção de subjetividades e desejos nas estratégias biopolíticas da contemporaneidade” (DETTMANN; ARAGÃO; MARGOTTO, 2016, p. 366).

Os encontros da clínica tornam-se cada vez menos individualizantes na clínica ampliada, independente de o atendimento ser ou não individual. Apresentam-se novos contextos e espaços, distanciando-se de um *setting* tradicional e estruturado. Já a finalidade dos atendimentos passa a ser para além da cura, tencionando um “estado de prevenção e promoção clínico-social, para que o sujeito possa desenvolver autonomia, protagonismo, autocuidado e compromisso consigo mesmo, com os outros e com o ambiente em que vive” (RIBEIRO; GOTO, 2012, p. 190). Nessa perspectiva, os autores afirmam que a clínica ampliada se relaciona com o princípio da integralidade, uma vez que tem como objetivo compreender o sujeito na sua totalidade, na inter-relação dos seus aspectos, biológicos, psicológicos e sociais.

No serviço de acolhimento no qual realizo o estágio, nos propomos a exercer a clínica ampliada sob o viés da psicanálise. Assim, utilizamos a teoria psicanalítica para fundamentar o entendimento dos casos, porém a prática se dá de forma bastante diferente do tradicional. O *setting* é flexibilizado e se distancia do clássico da clínica, e a relação com o profissional psi também se apresenta com outras facetas. Existe algo que é muito singular no trabalho da Psicologia no acolhimento, que é o fato de o profissional entrar na casa do indivíduo que acompanha e conviver no seu cotidiano. Essa é uma questão importante e delicada, que tem forte impacto na relação, na construção do vínculo e no andamento do acompanhamento.

Os espaços nos quais eu acompanho as crianças e adolescentes nas casas de acolhimento são diversos, como, por exemplo, na sala, na cozinha, no quarto, no pátio ou até mesmo no corredor. Todos esses espaços formam contextos possíveis de atuação da clínica ampliada, e têm efeito clínico e terapêutico. Em alguns momentos, enfrentamos dificuldades para realizar o acompanhamento dentro das casas, pois em alguns horários do dia costuma ser um ambiente com muitas pessoas e com muito barulho. Ainda que não haja um ambiente estruturado, é importante que seja um espaço que respeite a privacidade da criança ou adolescente e o sigilo da relação terapêutica. Lembro-me de um menino que, durante as manhãs, adora brincar no pátio,

passando horas no *playground*. Em alguns dias da semana, sento com ele nos balanços ou na gangorra e, assim, construímos o acompanhamento.

A prática de acompanhamento terapêutico (AT) vem ao encontro da discussão sobre a clínica ampliada. Essa modalidade de intervenção é fruto de movimentos políticos e ideológicos congruentes à reforma psiquiátrica e à luta antimanicomial, estabelecendo-se como um instrumental psicanalítico que prescinde o *setting* convencional (ESTELLITA-LINS; OLIVEIRA; COUTINHO, 2009). O termo acompanhante terapêutico refere-se à ou ao profissional que está envolvida/envolvido com a clínica fora do consultório ou de clínicas psiquiátricas, oportunizando uma atuação clínico-política em saúde mental a qual priorize a manutenção dos vínculos sociais.

A atuação do AT busca as ruas, o domicílio, o local de trabalho. No contexto do acolhimento institucional, é importante ferramenta na relação dos sujeitos com a casa e a cidade. Casa, aquela da qual falávamos antes, que ora toma forma de instituição, ora de lar. Cidade, aquela que está para além dos muros.

Maria, uma adolescente de 15 anos, um dia sentou ao meu lado e disse “*eu quero fazer acompanhamento terapêutico*”. Perguntei o que ela sabia sobre tal prática, e ela respondeu “*sei que é alguém que pode me acompanhar pela cidade, me ajudar a pegar ônibus, conhecer diferentes ruas, sair mais daqui*”. Seu relato me tocou bastante, pois essa é uma questão que me desconforta no cotidiano do acolhimento. Os acolhidos têm suas atividades rotineiras de escola, estágio, consultas de saúde, porém circulam pouco pelo espaço urbano em outros momentos. Assim, o AT aparece como uma intervenção psi importante, ao oportunizar a clínica “sem muros”, e também “extramuros”, explorando a multiplicidade de tempos e espaços da cidade, que subjetivam o sujeito.

Para continuar tecendo linhas possíveis, considero interessante pensar no lugar ocupado pelo estágio de psicologia. O estagiário enquanto alguém que adentra a instituição e precisa desenvolver ali sua prática, a qual será temporária e passageira. Nessa inserção, encontra lógicas institucionais que já estão fortemente instituídas, assim como processos de funcionamento de grupo, e componentes de saúde e doença.

Ouvi de alguém uma vez: “a presença física sempre intervém”. Nesse sentido, percebo que simplesmente estar presente lá já produz uma diferença. Um corpo físico a mais no espaço, interagindo com as outras equações do sistema.

Lembro que meu primeiro mês foi bastante difícil nesse serviço de acolhimento. Sentia a resistência da equipe em nos receber no grupo, as novas estagiárias, assim como das educadoras, que, todos os anos, recebem pessoas desconhecidas para acompanhar a rotina de suas casas - mesmo que nas de trabalho. Alguém que chega de fora, e que não está mergulhado nos atravessamentos institucionais e políticos que emergem no cotidiano. Uma faca de dois gumes. Por um lado, o estágio traz oxigênio, energia, e pode operar enquanto catalisador de saúde dentro do serviço. Por outro, alguém que chega é alguém que percebe rapidamente o disfuncional, o enrijecido, o adoecido. Assim, o processo do estágio também pode pôr em dúvida questões institucionais, pelo fato de inserir alguém novo em uma organização já muito consolidada.

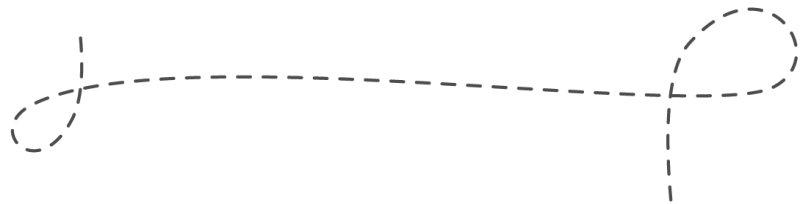
Trago agora uma cena que pode ser interessante para integrar as discussões sobre as experiências das trabalhadoras, as práticas psi e o lugar do estágio:

*Era uma segunda-feira de inverno e eu estava chegando no abrigo após o período de férias para retomar o estágio, iniciando assim, o segundo semestre. Toquei a campainha de uma das casas; a educadora Simone abriu a porta. Eu ainda não a conhecia, pois ela havia sido transferida de outro abrigo naquela semana. Quando me viu, indagou “Quem é você? Ah... já sei. Só pode ser estagiária, né...Menina novinha, é estagiária. Quando a gente vê alguém que tá inteirinho assim, é porque tá de passagem”.*

Enquanto escrevo essa cena, lembro-me do estranhamento que senti ao vivê-la. O que ela estava querendo me dizer? O que eu, como estagiária de psicologia, poderia fazer para escutá-la? A frase “quando a gente vê alguém que tá inteirinho assim, é porque tá de passagem” ecoava em mim, quase como um grito, me deixando sem fôlego. Essa trabalhadora, então, se vê em pedaços? Percebe assim também suas colegas?

O que fazer para que ela também possa se enxergar “inteirinha”? Como ao me olhar, indagou. O que fazer para que, dia após dia, a rotina do acolhimento não a fragmente? São muitas perguntas, que não sei exatamente como responder. Algumas respostas me vêm, novamente não sei dizer se para essas perguntas, ou para outras. Possibilitar espaços de escuta. Reconhecer a complexidade do trabalho no acolhimento, e direcionar o olhar para essas mulheres trabalhadoras. Oportunizar espaços de reflexão e discussão, espaços como esse, dessa escrita.

Enxergo o lugar das práticas psi como a invenção, a cada dia, de novas possibilidades. Permitir que ecoem as potentes vozes das crianças, adolescentes e trabalhadoras. Ecoem em mim, nas paredes da casa de acolhimento, e para fora dos muros da instituição e que, assim, se teçam elos, costuras. A partir dessas linhas, a construção de novos caminhos, ressignificando histórias e práticas, multiplicando espaços e lugares.



#### **4 Considerações Finais**

Escrever esse trabalho não foi fácil, mas foi, com certeza, um processo bonito, e transformador. Enquanto projeto de conclusão de curso, de finalização de uma etapa e encerramento de ciclo, ocupou, ao longo de todo 2019, o lugar de escrever para, assim, inscrever. Inscrever em mim, e registrar em palavras aqui, a intensidade dos sentimentos que me habitaram ao passar dessa experiência, e objetivar, com isso, dar lugar a eles.

Em alguns momentos senti no corpo o peso dessa escrita. Dor nas costas, lágrimas nos olhos, garganta seca, um cansaço que, por vezes, não sabia se vinha de dentro para fora, ou de fora para dentro. Talvez os dois. A cada releitura, me questionava *“Será que isso ainda faz sentido? Isso, que fazia, a alguns minutos atrás...”*. Demorei meses até conseguir delimitar qual seria o enfoque do trabalho. Queria fazer caber nele o registro de tudo o que vivi, porque a tarefa de selecionar o que entraria, e o que ficaria de fora, era demasiadamente angustiante. Como se deixar algo de fora fosse invalidar o vivido, o sentido. Como se, durante a escrita, eu acabasse invisibilizando alguns personagens e algumas histórias. Esses sujeitos, já tão invisibilizados socialmente. Essas histórias, já tão permeadas pelo não dito.

Um trabalho escrito enquanto a prática acontecia. A cada dia, seis horas no acolhimento, algumas palavras escritas no papel, muitos sentimentos à espera de inscrição. Nesse percurso: curvas, paradas, momentos de aceleração e outros de freios bruscos. Algumas mudanças: de rumos, de perspectivas, de ideias.

O trabalho burocrático, duro, enrijecido. Aquele, que percebi na instituição de acolhimento. Aquele, que segue protocolos, regras, controles. Ao começar essa escrita, me dei conta. E a escrita acadêmica? Também institucionalizada, burocrática, dura, enrijecida. Como fugir disso? Aqui, e lá? Como resistir e trazer à tona os afetos?

Encontrei na construção de narrativas uma forma de protagonizar as experiências, costurando o que vi e ouvi daquelas e daqueles que cruzaram minha trajetória psi na casa de acolhimento. Cenas que observei, relatos que escutei, e que cuidadosamente tentei registrar na escrita. A minha interpretação do vivido indo ao encontro, por vezes, desencontro, da teoria. Preocupe-me para que a escrita diluísse os binarismos, e também não tivesse um tom puramente crítico. Reduzir a

complexidade do acolhimento a categorias de bom/ruim e certo/errado não contribuiria em nada para a discussão, e muito menos para vislumbrar uma mudança social.

De início, senti a urgência e a necessidade de trazer as contribuições da História. Tempos difíceis esses que vivemos hoje, em que podemos testemunhar situações de violência e perda de direitos se repetindo, quase como um trauma sem elaboração. Percebi a importância de realizar a retrospectiva de cada grande passo dado na assistência à infância e à adolescência, enfatizando o protagonismo dos atores sociais na construção, por exemplo, da Constituição de 88, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e na criação do Sistema Único de Assistência Social. Acontecimentos que foram marcos na luta pelos direitos humanos e/ou por políticas públicas de qualidade. Operaram enquanto movimentos instituintes, indo ao encontro de lógicas instituídas de estigmatização e exclusão social, provocando transformações institucionais e produzindo novas lógicas.

Após reconhecer todos os avanços proporcionados pelo ECA, também é preciso colocá-lo em questão, de forma a seguir problematizando as políticas sociais e o papel do Estado. No que tange à responsabilização das famílias pela garantia de direitos das crianças e adolescentes preconizado pelo Estatuto, é fundamental retomarmos o papel do poder público e da comunidade. Os casos de acolhimento, na maioria das vezes, atendem pelo nome de negligência<sup>11</sup>. Aqui, ressalto o questionamento de Cruz (2006), quando ela interroga sobre qual negligência estamos falando, e de quem?

Sabemos da enorme desigualdade social presente no Brasil, e que as famílias mais desfavorecidas economicamente acabam mais expostas às situações de vulnerabilidade. Ou seja, quando nos deparamos com os discursos de que essas famílias não se organizam, e que negligenciam suas crianças e adolescentes, devemos, em primeiro lugar, questionar sobre o que significa tal desestruturação. Onde, nessa complexa teia, está o papel do Estado em garantir a proteção destas famílias? Interessante pensar nos cruzamentos que surgem a partir de tal interrogação. O Estado que falha é o mesmo que as responsabiliza e, posteriormente, é também ele o responsável por abrigar suas crianças. É o Estado quem as julga negligentes, e agora questiono, quem julga, então, a negligência do Estado? Considero essencial,

---

<sup>11</sup>Segundo o Levantamento realizado pelo IPEA (2004), os maiores motivos de acolhimento de crianças e adolescentes são negligência e falta de recursos materiais. Sendo que a falta de recursos materiais, como já mencionado anteriormente, não deveria ser, pelo ECA, motivo para retirada do convívio familiar.



neste ponto, retomar que a maior presença de crianças negras no acolhimento e, conseqüentemente, a maior culpabilização das famílias negras, explicita o profundo racismo estrutural em nossa sociedade.

Poderia escrever muito mais sobre as implicações que envolvem a infância e a adolescência, mas dei continuidade à escrita promovendo uma discussão sobre as diferentes experiências de trabalho no acolhimento. Assim, fiz um convite às leitoras e aos leitores deste trabalho, a refletirmos juntos sobre a multiplicidade dessas vivências. A começar, escolhi falar delas, as mulheres. Escolha que fiz quando, no movimento da escrita, me causava desconforto utilizar o substantivo no masculino: educadores e trabalhadores. Recorri às minhas experiências e percebi que o desconforto fazia sentido, pois é majoritariamente com elas que vivencio o trabalho no acolhimento institucional. Ao falar delas, no entanto, também percebi que são múltiplas *elas*, pois são múltiplas *mulheres*. Trouxe, então, contribuições da teoria da interseccionalidade, a fim de tencionar outros marcadores da diferença que também as atravessam, e saliento aqui a importância de dar continuidade a essa discussão.

A legislação voltada à infância e à adolescência sofreu muitas transformações ao longo do tempo, e é importante analisarmos no que estas mudanças implicam no dia a dia e na rotina das trabalhadoras e, portanto, na assistência prestada por elas. Como elas compreendem os processos que envolvem a lei e como elas enxergam o próprio trabalho. Nessa mesma via, como trabalhar para que as mudanças macropolíticas operem no cotidiano. Concluí, com isso, a importância dos acontecimentos na micropolítica, de forma a considerar os modos como os processos de subjetivação dominantes operam sobre esses sujeitos.

O trabalho das educadoras, tão estruturado, engessado em uma série de atribuições previstas pelo documento de Orientações Técnicas. Previamente demandado que tudo o que for realizado deve ser registrado. Tudo, o quê? Registrado, como?

A função de ocupar uma casa, que não é sua, e cuidar de crianças, que não são suas. Crianças das tais mães negligentes. *Vincule-se, mas também não se apegue. Lembre que é trabalho, e que é passageiro. Ao fim do turno, vá para casa, agora a sua; para as crianças, agora suas.* Como dar conta de todas essas contrariedades? Onde se encontram essas mulheres?

Percebo agora, ao concluir esta escrita, que volto às mesmas perguntas do início. Talvez porque sejam complexas demais para que sejam encontradas respostas rápidas. Talvez porque a pergunta tem o poder de continuar a nos fazer pensar. Nesse caminho, encontrei também algumas respostas. Percebi que nas brechas e nas lacunas entre o que deve ser, e o que é, moram, não só as ranhuras do sistema, mas também os afetos e o que torna cada vivência singular.

O cotidiano do acolhimento, como ressaltado em diversos momentos ao longo do texto, ecoa intensidade e complexidade. As crianças, as/os adolescentes, as trabalhadoras, as famílias, a sociedade, as lógicas e atravessamentos institucionais. Todas essas vias se cruzam, formando encruzilhadas. Embora todas as críticas salientadas, considero importante reafirmar especialmente as belezas, pois sim, elas existem. Sorrisos, risadas e brilho no olhar. Brincadeiras, planos e sonhos. Relações tecidas com afeto, amparo e cuidado. Desafios enfrentados em conjunto, trabalho compartilhado, a várias mãos - e corações. Lembro agora de diversos momentos em que a emoção me inundou naquele lugar que, embora instituição, também se faz lar.

Por fim, reafirmo minha crença no compromisso ético-político da Psicologia. Nos mais diversos contextos de atuação, as mais diversas formas de escutar sujeitos em sua subjetividade e singularidade. Reconhecer a potência de cada encontro. Analisar as encruzilhadas que se formam ao passar das vivências. Costurar, então, as experiências. Elas, que no fim, me compõem psicóloga.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, DF: Conanda/CNAS, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência - PNAS/2004 - Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.** Brasília: MDS, 2005. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 02 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.** Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de Menores. 1927. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm). Acesso em: 2 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Brasília, DF, 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm). Acesso em: 2 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 02 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm). Acesso em: 02 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** 2006. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/planonacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

BOWLBY, John. **Apego: A natureza do vínculo.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. **A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?** Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRESTANI, Vanessa; ROCHA, Kátia Bones. Risco, Vulnerabilidade e o Confinamento da Infância Pobre. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, e177502, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822018000100227&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100227&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 3 out. 2019.

CRUZ, Lilian. **(Des) articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CRUZ, Lilian; GUARESCHI, Neuza. A trajetória das políticas públicas direcionadas à infância: paralelos com o presente. **Mnemosine**, v. 4, p. 28-52, 2008.

CRUZ, Lilian; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 42-49, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 1995. V. 1.

DETTMANN, Ana Paula da Silva; ARAGAO, Elizabeth Maria Andrade; MARGOTTO, Lilian Rose. Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social. **Fractal, Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 362-369, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922016000300362&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000300362&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 out. 2019.

ESTELLITA-LINS, Carlos; OLIVEIRA, Verônica Miranda; COUTINHO, Maria Fernanda. Clínica ampliada em saúde mental: cuidar e suposição de saber no acompanhamento terapêutico. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 195-204, fev. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000100026&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100026&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

IPEA/CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária:** os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil / Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Brasília, 2004.

LOURAU, René. **Analista Institucional em Tempo Integral**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. *In*: FREITAS, M. C. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 51-76.

\_\_\_\_\_. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MASTROIANNI, Fábio de Carvalho *et al.* (Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. **Fractal, Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 223-233, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922018000200223&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922018000200223&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 3 out. 2019.

RIBEIRO, Maisa Elena; GOTO, Tommy Akira. Psicologia no sistema único de assistência social: uma experiência de clínica ampliada e intervenção em crise. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de fora, v. 5, n. 1, p. 184-194, jun. 2012. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202012000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202012000100012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 out. 2019.

SCISLESKI, Ana Cristina Coelho. *et al.* A lei em conflito com os jovens: problematizando políticas públicas. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/70477/pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

WINNICOTT, Donald. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WINNICOTT, Donald. **O ambiente e os processos de maturação**: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 2007.